



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1 – OBJETO**

Compra de equipamentos hospitalares, destinados ao Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde do município de Abadia dos Dourados/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITARIO PREVISTO	VALOR TOTAL MÁXIMO PREVISTO
001	<b>DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA) PORTÁTIL</b> PARA USO EM EMERGÊNCIAS CARDÍACAS E PARADAS CARDIORRESPIRATÓRIAS, DESTINADO À ANÁLISE AUTOMÁTICA DO RITMO CARDÍACO E APLICAÇÃO DE CHOQUE POR MEIO DE PÁS ADESIVAS. EQUIPAMENTO DOTADO DE SISTEMA AUTOMÁTICO DE AVALIAÇÃO DE ECG, CAPAZ DE DETECTAR COMPLEXOS QRS E IDENTIFICAR AUTOMATICAMENTE ARRITMIAS PASSÍVEIS DE DESFIBRILAÇÃO. COM REGISTRO VÁLIDO NA ANVISA, EQUIPAMENTO COMPACTO, LEVE, COM TECNOLOGIA DE ONDA BIFÁSICA EXPONENCIAL TRUNCADA. APRESENTA IDENTIFICAÇÃO VISUAL ATRAVÉS DE ALARMES SONOROS E VISUAIS, SISTEMA DE AUTOTESTE, INDICADOR DE STATUS OPERACIONAL, ALARME DE BATERIA FRACA. ALIMENTAÇÃO: 110/220 VOLTS, IDIOMA EM PORTUGUÊS. ACOMPANHADO DE BATERIA, PÁS ADESIVAS PARA ADULTO, BOLSA OU ESTOJO PARA TRANSPORTE, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO.	UN	2	12.281,18	24.562,36
002	<b>PRANCHA DE RESGATE EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA</b> , DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE VÍTIMAS EM ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, ACOMPANHADA DE CINTO TIPO ARANHA E IMOBILIZADOR DE CABEÇA (HEAD BLOCK EM EVA). DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA RÍGIDA, RESISTENTE A IMPACTOS, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COM PEGADORES ANATÔMICOS QUE PERMITAM O MANUSEIO SEGURO DO PACIENTE. COMPATÍVEL COM PROCEDIMENTOS DE RESGATE E TRANSPORTE PRÉ-HOSPITALAR, DEVENDO ACOMPANHAR TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À SUA CORRETA UTILIZAÇÃO.	UN	3	516,99	1.550,97



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

003	<b>APARELHO CPAP AUTOMÁTICO</b> COM UMIDIFICADOR INTEGRADO E SISTEMA DE MONITORAMENTO, DESTINADO AO TRATAMENTO DA APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO (AOS) EM ADULTOS. COM TECNOLOGIA DE PRESSÃO AUTOAJUSTÁVEL, O DISPOSITIVO DEVERÁ ALTERAR OS NÍVEIS DE PRESSÃO DO FLUXO DE AR DURANTE A NOITE, DE ACORDO COM A POSIÇÃO NA CAMA E A CADA LIMITAÇÃO DE FLUXO DO PACIENTE, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO E FACILIDADE DE UTILIZAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR CONECTIVIDADE SEM FIO E INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA DE GESTÃO DE DADOS TERAPÊUTICOS DO PACIENTE EM NUVEM, FACILITANDO O ACOMPANHAMENTO DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS À TERAPIA NOTURNA. ITENS INCLUSOS: 01 APARELHO CPAP AUTOMÁTICO COM UMIDIFICADOR INTEGRADO CONFORME DESCRITIVO ACIMA; 01 MÁSCARA ORO-NASAL TAMANHO G COMPATÍVEL, 01 CARTÃO DE MEMÓRIA SD; 01 BOLSA PARA TRANSPORTE; 01 TRAQUEIA DE 2 METROS; 01 CABO DE FORÇA; 01 FONTE DE ALIMENTAÇÃO; 01 FILTRO; 01 GUIA DE INSTALAÇÃO RÁPIDA CLÍNICA EM PORTUGUÊS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO ACOMPANHADO DE <b>1 (UMA) MÁSCARA ORO-NASAL COM ALMOFADAS, COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO, TAMANHO G, DE ALTA QUALIDADE DESTINADA AO TRATAMENTO DE DISTÚRBIOS RESPIRATÓRIOS DURANTE O SONO, COM DESIGN INOVADOR OFERECENDO CONFORTO, ESTABILIDADE E SIMPLICIDADE, ALÉM DE AJUDAR A PREVENIR MARCAS VERMELHAS, DESCONFORTO OU IRRITAÇÕES NAS NARINAS OU NA PONTE NASAL. A ESTRUTURA DA MÁSCARA DEVERÁ SER MEDIDA A PARTIR DA DISTÂNCIA AO REDOR DA CABEÇA DE UM LADO DO NARIZ ATÉ O OUTRO LADO, O QUE GARANTE O TAMANHO ADEQUADO PARA O USUÁRIO.</b>	UN	1	6.378,55	6.378,55
			<b>Valor total geral= 32.491,88</b>		

Os equipamentos hospitalares e seus respectivos quantitativos foram definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, com base nas demandas identificadas pelo Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia e nas necessidades assistenciais verificadas pelos profissionais da área da saúde.

. Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. O fornecimento do objeto é não contínuo, pois se trata de uma entrega de bens sem que haja uma demanda de caráter permanente.

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado segundo Art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **2 - FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A disponibilização de equipamentos hospitalares destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, no Município de Abadia dos Dourados/MG, constitui medida de elevada relevância pública, administrativa e social, sendo indispensável para garantir a continuidade, eficiência, segurança e qualidade dos serviços de saúde ofertados à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS. A saúde pública representa um dos pilares fundamentais da Administração Pública, tratando-se de direito social assegurado pelos artigos 6º e 196 da Constituição Federal, os quais estabelecem que a saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas públicas voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde da coletividade.

Nesse contexto, cabe ao município promover ações efetivas voltadas ao fortalecimento da rede pública municipal de saúde, especialmente no âmbito hospitalar, assegurando condições adequadas de funcionamento das unidades responsáveis pelo atendimento direto da população. O Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia exerce papel essencial na assistência médica local, realizando diariamente atendimentos de urgência, emergência, estabilização clínica, suporte terapêutico, acompanhamento hospitalar e encaminhamentos diversos, circunstância que torna indispensável a constante melhoria de sua estrutura física, operacional e tecnológica.

A aquisição dos equipamentos hospitalares pretendidos encontra respaldo não apenas no interesse público, mas também nas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 8.080/1990, que dispõe sobre as ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, determinando que a assistência à saúde deve ocorrer de forma integral, contínua, eficiente e segura. Da mesma forma, a contratação observa os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os princípios da eficiência, planejamento, economicidade, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, considerando que a insuficiência de equipamentos adequados compromete diretamente a qualidade da assistência prestada, aumenta riscos clínicos e limita a capacidade operacional da unidade hospitalar.

A necessidade da contratação decorre da crescente demanda pelos serviços de saúde municipais e da obrigação do Poder Público em assegurar atendimento digno, humanizado e tecnicamente adequado à população. Municípios de pequeno porte, como Abadia dos Dourados/MG, frequentemente enfrentam limitações estruturais na área da saúde, circunstância que reforça a necessidade de investimentos em equipamentos capazes de ampliar a capacidade de resposta da rede municipal diante das demandas diárias e das situações críticas que exigem atuação rápida e eficiente. No desenvolvimento das atividades hospitalares, a disponibilidade de equipamentos modernos e apropriados representa fator essencial para redução de riscos assistenciais, prevenção de agravamentos clínicos e aumento da efetividade dos atendimentos realizados pelas equipes multiprofissionais. A ausência desses equipamentos pode comprometer diretamente a segurança dos pacientes, dificultar procedimentos de estabilização e limitar a resolutividade dos atendimentos prestados no âmbito hospitalar municipal.

A aquisição do Desfibrilador Externo Automático (DEA) portátil revela-se indispensável para o fortalecimento da capacidade de resposta da unidade hospitalar em casos de parada cardiorrespiratória e emergências cardiovasculares graves. Trata-se de equipamento essencial para situações em que o tempo de resposta é determinante para a sobrevivência do paciente, permitindo rápida identificação de arritmias malignas e aplicação segura de choque elétrico quando necessário. O DEA automatizado contribui significativamente para aumento das chances de reversão do quadro clínico, redução da mortalidade em situações emergenciais e fortalecimento da segurança assistencial nos atendimentos realizados pelo hospital.

A prancha de resgate em polipropileno com cinto tipo aranha e imobilizador de cabeça também se mostra imprescindível para manutenção adequada dos atendimentos de urgência e emergência, especialmente em ocorrências envolvendo acidentes, quedas, traumas e situações que apresentem risco de lesões na coluna vertebral ou agravamento do estado clínico do paciente durante sua movimentação. O equipamento garante imobilização segura, reduz riscos de agravamento de lesões traumáticas e proporciona melhores condições de estabilização até a realização de avaliações médicas e demais procedimentos hospitalares necessários.

Já o aparelho CPAP automático com umidificador integrado possui relevante importância assistencial no tratamento de pacientes acometidos por apneia obstrutiva do sono e outros distúrbios respiratórios que demandam



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

suporte ventilatório contínuo. A disponibilização do equipamento permitirá ao Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia oferecer suporte terapêutico mais eficiente, seguro e individualizado aos pacientes que necessitam desse tipo de tratamento, inclusive em situações em que o equipamento precise ser disponibilizado temporariamente para uso domiciliar mediante indicação médica.

A apneia obstrutiva do sono constitui condição clínica que pode ocasionar importantes complicações cardiovasculares e respiratórias quando não tratada adequadamente, estando associada ao aumento do risco de hipertensão arterial, arritmias cardíacas, insuficiência cardíaca, acidentes vasculares cerebrais e infarto agudo do miocárdio, especialmente durante o período noturno. Nesse cenário, o uso do CPAP representa tratamento fundamental para redução das interrupções respiratórias durante o sono, melhoria da oxigenação do paciente e diminuição dos riscos decorrentes da privação respiratória noturna. O equipamento pretendido possui tecnologia de pressão autoajustável, promovendo melhor adaptação às necessidades respiratórias de cada paciente, maior conforto durante o uso e aumento da adesão ao tratamento. Além disso, sua conectividade e sistema de monitoramento permitem melhor acompanhamento clínico e terapêutico dos usuários, favorecendo maior controle da efetividade do tratamento e melhoria dos resultados assistenciais. A inclusão da máscara oro-nasal compatível também se mostra indispensável, considerando que o acessório garante vedação adequada, conforto ao paciente e eficiência na administração do fluxo de ar, fatores essenciais para o sucesso terapêutico e continuidade do tratamento respiratório.

Sob a ótica do interesse público, a aquisição dos equipamentos proporcionará impactos positivos amplos, permanentes e diretamente perceptíveis na qualidade dos serviços prestados à população de Abadia dos Dourados/MG. Entre os principais benefícios esperados destacam-se o fortalecimento da estrutura hospitalar municipal, a ampliação da capacidade de resposta da unidade hospitalar, a melhoria da segurança assistencial e a realização de atendimentos mais ágeis, eficientes e humanizados.

A disponibilização dos equipamentos contribuirá diretamente para redução de riscos clínicos, aumento da segurança dos pacientes e melhoria das condições de trabalho das equipes multiprofissionais de saúde, permitindo que médicos, enfermeiros e demais profissionais atuem com maior suporte técnico e operacional. Espera-se, ainda, redução do número de complicações decorrentes de atendimentos insuficientes ou tardios, diminuição da necessidade de remoções intermunicipais e maior resolutividade dos atendimentos realizados no próprio município.

Outro impacto positivo relevante refere-se à ampliação da capacidade do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia em absorver demandas locais de urgência, emergência e suporte respiratório, fortalecendo a autonomia da rede municipal de saúde e proporcionando maior eficiência na utilização dos recursos públicos. A contratação também tende a produzir reflexos positivos na economicidade administrativa, considerando que intervenções rápidas e adequadas reduzem agravamentos clínicos, tempo de internação, despesas com tratamentos prolongados e custos relacionados a transferências de pacientes para outros municípios.

Dessa forma, além de promover melhoria direta na assistência hospitalar prestada à população, os investimentos realizados contribuirão para utilização mais racional, eficiente e responsável dos recursos públicos municipais. Ademais, a aquisição dos equipamentos hospitalares reforça o compromisso da Administração Municipal com a proteção da vida, a valorização da dignidade humana e a garantia de acesso da população a serviços públicos de saúde compatíveis com os princípios da universalidade, integralidade e eficiência que regem o Sistema Único de Saúde – SUS.

Diante de todo o exposto, resta plenamente demonstrado que a disponibilização dos equipamentos hospitalares pretendidos constitui medida necessária, legítima e indispensável para assegurar a continuidade, fortalecimento e aprimoramento dos serviços prestados pelo Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, atendendo de forma efetiva às necessidades da população de Abadia dos Dourados/MG e promovendo relevantes benefícios sociais, assistenciais e administrativos ao Município.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Ciclo de Vida do Objeto)**

A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos hospitalares destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, no Município de Abadia dos Dourados/MG, visando fortalecer a estrutura da unidade hospitalar, ampliar a capacidade operacional da rede municipal de saúde e garantir melhores condições de assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente nos atendimentos de urgência, emergência, estabilização clínica, imobilização de pacientes e suporte respiratório.

A contratação contemplará a aquisição de Desfibrilador Externo Automático (DEA), prancha de resgate com cinto tipo aranha e imobilizador de cabeça, bem como aparelho CPAP automático com umidificador integrado



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

acompanhado de máscara oro-nasal compatível, equipamentos considerados essenciais para a melhoria da segurança assistencial, fortalecimento da capacidade de resposta hospitalar e ampliação da resolatividade dos atendimentos realizados no âmbito da saúde pública municipal. O aparelho CPAP automático possui relevante importância terapêutica, considerando sua destinação ao tratamento de pacientes acometidos por apneia obstrutiva do sono e demais distúrbios respiratórios que demandam suporte ventilatório contínuo. O equipamento poderá ser disponibilizado temporariamente pelo Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, mediante indicação médica, para utilização por pacientes que necessitem de acompanhamento terapêutico adequado, especialmente em situações clínicas que envolvam risco de agravamentos respiratórios e cardiovasculares decorrentes da interrupção respiratória durante o sono. A apneia obstrutiva do sono pode ocasionar complicações clínicas relevantes quando não tratada adequadamente, estando associada ao aumento do risco de hipertensão arterial, arritmias cardíacas, insuficiência cardíaca, acidente vascular cerebral e infarto agudo do miocárdio, especialmente no período noturno.

A seleção do fornecedor será realizada por meio de Pregão, na forma eletrônica, utilizando-se como critério de julgamento o menor preço por item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para fins de adequada execução contratual e garantia da compatibilidade técnica necessária ao tratamento respiratório, o aparelho CPAP automático, o umidificador integrado, a máscara oro-nasal compatível e os respectivos acessórios foram agrupados em um único item de fornecimento. Tal medida visa assegurar o perfeito funcionamento do conjunto, a plena integração entre seus componentes e a segurança terapêutica dos pacientes, evitando riscos decorrentes da aquisição isolada de componentes potencialmente incompatíveis. Os demais equipamentos serão julgados individualmente, considerando suas características autônomas e independentes, o que favorece a ampliação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A solução foi planejada considerando todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo as etapas de aquisição, entrega, utilização, conservação, garantia, suporte técnico e manutenção das condições operacionais dos equipamentos durante sua vida útil. Dessa forma, a Administração busca não apenas suprir necessidade imediata da unidade hospitalar, mas assegurar que os equipamentos adquiridos apresentem qualidade, segurança, resistência, confiabilidade e desempenho compatíveis com a rotina hospitalar e com as exigências técnicas e sanitárias aplicáveis ao setor da saúde.

No tocante à fase de aquisição, serão exigidos equipamentos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, com garantia do fabricante, regularização junto à ANVISA quando aplicável e atendimento integral às especificações técnicas definidas pela Administração Municipal. A entrega deverá ocorrer de forma adequada e segura, acompanhada dos respectivos manuais, acessórios, componentes, certificados de garantia e demais itens necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos.

Durante a fase de utilização, os equipamentos serão incorporados à estrutura patrimonial do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia e utilizados diretamente pelas equipes multiprofissionais de saúde nos atendimentos hospitalares, emergenciais e terapêuticos, contribuindo para maior eficiência operacional, melhoria da segurança assistencial e fortalecimento da qualidade dos serviços prestados à população. No caso específico do aparelho CPAP, o equipamento poderá ainda ser disponibilizado temporariamente a pacientes mediante indicação médica, visando assegurar continuidade terapêutica adequada e redução dos riscos associados aos distúrbios respiratórios do sono.

Quanto à durabilidade e manutenção do ciclo de vida do objeto, a Administração considera que os equipamentos hospitalares possuem utilização contínua e estratégica no âmbito da assistência pública municipal, razão pela qual serão observados critérios mínimos de qualidade, funcionalidade, resistência e confiabilidade técnica, visando assegurar maior vida útil dos equipamentos, redução de custos futuros com substituições prematuras e diminuição da necessidade de manutenções corretivas decorrentes de falhas ou inadequações técnicas.

## **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Condições a serem atendidas pela Contratada com relação aos equipamentos fornecidos**

- A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos novos, sem uso anterior, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, conservação e apresentação, livres de defeitos, avarias, vícios de fabricação, danos de transporte ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização.
- A Contratada deverá garantir que os equipamentos atendam integralmente às especificações técnicas, quantitativos, características, requisitos de desempenho e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e proposta vencedora.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- A Contratada deverá entregar os equipamentos acompanhados de todos os componentes, acessórios, cabos, fontes de alimentação, baterias, filtros, máscaras, traqueias, eletrodos, cintos, imobilizadores e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento, ainda que não expressamente mencionados nas especificações.
- A Contratada deverá fornecer manuais de operação, utilização, conservação e manutenção em língua portuguesa, bem como orientações técnicas necessárias para a correta utilização dos equipamentos.
- A Contratada deverá assegurar que os equipamentos sejam entregues devidamente acondicionados em embalagens adequadas, capazes de protegê-los contra danos decorrentes de transporte, armazenamento e manuseio.
- A Contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelas despesas de transporte, frete, seguro, carga, descarga e entrega dos equipamentos no local indicado pela Administração, sem qualquer ônus adicional ao Município.
- A Contratada deverá substituir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, qualquer equipamento, componente ou acessório que apresente defeito, avaria, incompatibilidade, irregularidade ou desconformidade com as especificações exigidas.
- A Contratada deverá garantir que todos os equipamentos fornecidos possuam compatibilidade entre si e com os respectivos acessórios que compõem cada item contratado, assegurando seu pleno funcionamento e segurança operacional.
- A Contratada deverá fornecer os equipamentos acompanhados dos respectivos certificados de garantia do fabricante, observando os prazos e condições estabelecidos pelo fabricante para cada produto.
- A Contratada deverá prestar suporte técnico durante o período de garantia, promovendo, quando necessário, reparos, substituição de peças, componentes ou do próprio equipamento em caso de defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento, sem qualquer custo para a Administração.
- A Contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade, segurança, desempenho e confiabilidade dos equipamentos fornecidos, garantindo que sejam adequados para utilização em ambiente hospitalar e em atividades relacionadas à assistência à saúde.
- A Contratada deverá observar todas as normas técnicas, sanitárias, de segurança, qualidade e regulamentações aplicáveis aos equipamentos médico-hospitalares, responsabilizando-se pelo cumprimento da legislação vigente.
- A Contratada deverá realizar a entrega dos equipamentos dentro do prazo contratualmente estabelecido, de forma completa, sem fornecimentos parciais, salvo se previamente autorizado pela Administração.
- A Contratada deverá responder integralmente por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de defeitos, falhas, vícios ou inadequações dos equipamentos fornecidos.

## **4.2 Sustentabilidade**

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

## **4.3 Indicação de marcas ou modelos**

Não haverá indicação de marcas ou modelos.

## **4.4 Da exigência de carta de solidariedade**

Não será exigida carta de solidariedade.

## **4.5 Da exigência de amostra**

Não será exigida amostra.

## **4.6 Subcontratação**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **4.7 Garantia da contratação**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **4.8 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

### **Não poderão disputar esta licitação:**

- I. aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
- II. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VI. agente público do órgão ou entidade licitante;
- VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição<sup>1</sup>; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**Para os itens desta licitação, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

O fornecimento dos equipamentos hospitalares deverá ocorrer conforme especificações técnicas mínimas, quantidades e demais exigências constantes na tabela do item 1 deste Termo de Referência, destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Abadia dos Dourados/MG, observando-se todas as demais condições estabelecidas no edital e no contrato.

Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, de primeiro uso, devidamente acondicionados e acompanhados de todos os acessórios, componentes, cabos, manuais de operação e manutenção, certificados de

<sup>1</sup> NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

garantia e demais itens necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, atendendo integralmente às especificações técnicas exigidas.

## **5.1 Condições de fornecimento do objeto**

a) Responsabilidades pelo transporte: A Contratada será integralmente responsável por todos os custos, despesas e encargos relacionados ao fornecimento dos equipamentos, incluindo transporte, frete, seguro, embalagem, acondicionamento, carga, descarga, movimentação e demais despesas necessárias, desde o local de origem até a efetiva entrega no local indicado pela Administração, sem qualquer ônus adicional para o município;

b) Os equipamentos deverão ser entregues EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS após a assinatura do contrato e emissão da Autorização de Fornecimento, em remessa única. O prazo mencionado no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pela empresa vencedora e aceito pela Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados – MG;

c) Local de entrega: Os equipamentos deverão ser entregues no Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, situado na Avenida Benedito Teodoro da Silva, nº 367, Centro, Abadia dos Dourados/MG, CEP 38.540-000, em dias úteis e em horário previamente acordado com a Secretaria Municipal de Saúde;

d) A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos novos, sem uso anterior, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, conservação e apresentação, livres de defeitos, avarias, vícios de fabricação, danos decorrentes de transporte, armazenamento inadequado ou quaisquer irregularidades que possam comprometer sua utilização, segurança ou desempenho;

e) Em caso de necessidade de providências por parte da contratada, os prazos de pagamento serão suspensos, sujeitando-a à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, às demais sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste instrumento;

f) O município de Abadia dos Dourados/MG reserva-se o direito de não receber os equipamentos em desacordo com as especificações constantes no edital, Termo de Referência, contrato e proposta vencedora, podendo rejeitar total ou parcialmente os itens fornecidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

g) A Contratada será obrigada a substituir, imediatamente e às suas expensas, os equipamentos que apresentarem defeitos, avarias, irregularidades, incompatibilidade com as especificações exigidas ou qualquer vício que comprometa sua utilização adequada;

h) As condições de recebimento do objeto são as seguintes de acordo com o artigo 60 inciso II, do Decreto Municipal 10.892 de 28 de dezembro de 2023:

➤ Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

➤ Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

i) Responsabilidade por danos: A Contratada responderá integralmente por quaisquer danos, perdas ou avarias causados aos equipamentos durante as etapas de transporte, armazenamento, movimentação, carga, descarga e entrega, devendo promover a imediata reparação ou substituição dos itens danificados, sem qualquer ônus para o Município;

j) A Contratada deverá assegurar que todos os equipamentos sejam entregues devidamente acondicionados em embalagens adequadas e compatíveis com sua natureza, garantindo proteção contra impactos, umidade, poeira, intempéries e demais fatores que possam comprometer sua integridade durante o transporte e armazenamento;

k) Os equipamentos fornecidos deverão estar amparados pela garantia do fabricante contra defeitos de fabricação e funcionamento, observadas as condições e prazos estabelecidos nos respectivos certificados de garantia, devendo a Contratada prestar todo o suporte necessário durante o período de cobertura;

l) A Contratada deverá assegurar que os equipamentos entregues estejam completos, devidamente montados quando aplicável, acompanhados de todos os acessórios, componentes, cabos, fontes, manuais e demais itens necessários ao pleno funcionamento, bem como em perfeitas condições para utilização imediata pela equipe do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

m) O recebimento definitivo dos equipamentos não eximirá a Contratada de sua responsabilidade quanto à qualidade, segurança, durabilidade, desempenho e funcionamento dos bens fornecidos, permanecendo responsável pelos vícios ocultos, defeitos de fabricação e demais irregularidades constatadas durante o período de garantia;

n) Condições de entrega: A Contratada deverá fornecer equipamentos:

- novos;
- sem uso anterior;
- de primeiro uso;
- em perfeitas condições de funcionamento;
- devidamente acondicionados e embalados;
- acompanhados de todos os manuais, acessórios, componentes e documentos necessários ao pleno funcionamento;
- acompanhados dos certificados de garantia do fabricante;
- em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos da contratação;
- aptos para utilização imediata após sua entrega e conferência pela Administração.

o) A Contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação formal da Administração, qualquer equipamento, acessório, componente ou material que apresente defeito de fabricação, avaria, vício, incompatibilidade, funcionamento inadequado ou que esteja em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sem qualquer ônus para o Município.

## **5.2 Da garantia, manutenção e assistência técnica**

Todos os itens contemplados nesta contratação deverão possuir garantia integral fornecida pelo fabricante, observando-se os prazos e condições estabelecidos nos respectivos certificados de garantia. Durante o período de vigência da garantia, a contratada deverá assegurar suporte técnico adequado, incluindo, quando necessário, o reparo, a substituição de peças ou até mesmo a substituição integral do equipamento, em caso de defeitos de fabricação ou funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

## **5.3 Contrato**

O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital. Alternativamente a convocação para comparecer perante a Secretaria Municipal de Fazenda, situada na Rua Dr. Calil Porto, 380, no Centro da Cidade de Abadia dos Dourados-MG, para a assinatura do Termo de Contrato, ou o aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceito e assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, foi publicado o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal e a Portaria nº 01/2026, que designa agentes públicos em função do princípio da segregação de funções. Por esta Portaria ficou designado como gestora de contratos, a servidora Ana Luiza Cenísio Teixeira de Queiroz, matrícula nº 1823 e como fiscal de contrato a servidora Kamila Duarte Pereira, matrícula nº 1925.

### **6.1 Gestor do Contrato**

Cabe ao gestor do contrato:

➤ Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

➤ Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

➤ Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

➤ Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

➤ Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

➤ Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

➤ Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

7.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

7.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

7.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

• recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

7.1.5 fraudar a licitação

7.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

7.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

7.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

7.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

7.2.1 advertência;

7.2.2 multa;

7.2.3 impedimento de licitar e contratar e



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

7.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

7.3.2 as peculiaridades do caso concreto

7.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

7.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

7.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.3.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

7.3.7 Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

7.3.8 Para as infrações previstas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

7.4 As sanções de advertência, impetrar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

7.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 7.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

7.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

7.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **8. DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#). Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da contratada, fica o contratante autorizado a reter os créditos que a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, sendo o Modo de Disputa aberto.

### **9.1 Forma de fornecimento**

O fornecimento do objeto será de imediato em remessa única.

### **9.2 Habilitação**

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

O(s) licitante(s) vencedor(es) deverão encaminhar a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **▪ Ato Constitutivo;**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor<sup>2</sup>, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

▪ **Prova de Inscrição no CNPJ.** O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

<sup>2</sup> NE - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

- **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social**, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- **Certidão de negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante**. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame;
- **Alvará de Licença e Funcionamento**, em vigor na sede da licitante;
- **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial**, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP).

## **9.4 DECLARAÇÕES:**

- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição**;
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos **incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal**;
- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

## **10. PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega e recebimento dos equipamentos, mediante aprovação da Secretaria Solicitante e apresentação dos documentos fiscais. Caso ocorra, a qualquer tempo, a rejeição de qualquer item, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela contratada. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da contratada, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do Município de Abadia dos Dourados - MG e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Abadia dos Dourados - MG.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

O valor estimado máximo da contratação é de R\$32.491,88 (trinta e dois mil quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos) conforme tabela do Item 1 deste Termo de Referência. Este valor estimado da contratação foi obtido mediante Pesquisa de Preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pela Portaria nº 01/2026.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **São obrigações da Contratante:**

- Comunicar imediatamente à contratada as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à contratante tal providência;
- Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;
- Enviar a Autorização de Fornecimento à Contratada;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da Secretaria Municipal Solicitante;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do contrato, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços/materiais prestados/fornecidos;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

### **São obrigações da Contratada:**

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante;
  - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - Assegurar ao Contratante o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;
  - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
  - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - Indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;
  - Considerar que a ação da fiscalização do Contratante não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais;
  - Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem do Município de Abadia dos Dourados - MG;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- Acatar todas as orientações do Município de Abadia dos Dourados - MG, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- Substituir o empregado que causar embaraço a boa execução dos serviços;
- Permitir livre acesso da fiscalização, pelo Município;
- Obedecer à legislação Ambiental;
- Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;
- O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;
- Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;
- Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste objeto ou os dele resultantes;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre a ata de registro de preços e/ou contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;
- Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21;
- Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do objeto;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- Cumprir todas as normas regulamentares sobre a medicina e segurança do trabalho;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Entregar o item de acordo com os prazos estabelecidos na proposta, contados a partir da data da assinatura do Contrato;
- Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega e recebimento no local de destino;
- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante, nos termos do contrato;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato;
- Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados;
- Paralisar por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças que fujam às especificações contratadas;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com transporte e quaisquer outras adicionais referentes ao objeto contratado, de natureza direta e indireta decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, incluídos tributos, contribuições e seguros;
- A contratada deverá atender à legislação vigente, quando aos aspectos ambientais, trabalhistas, de segurança, medicina e saúde do trabalhador e todas as demais afeitas ao campo de trabalho dos serviços dessa contratação, bem como às normas técnicas brasileiras existentes;
- A inadimplência da Contratada com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- A contratada deverá entregar os equipamentos novos, de primeiro uso, sem qualquer tipo de avaria, defeito, violação ou indício de uso anterior, devidamente acondicionados e acompanhados de todos os acessórios, componentes, cabos e itens necessários ao seu perfeito funcionamento;
- A contratada deverá garantir que os equipamentos fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como às normas técnicas, sanitárias e de qualidade aplicáveis, assegurando desempenho adequado, segurança e plena funcionalidade para as atividades a que se destinam;
- Os equipamentos deverão ser entregues completos, acompanhados de todos os acessórios, componentes, manuais, certificados de garantia e demais documentos necessários ao seu pleno funcionamento, em perfeitas condições de uso e devidamente acondicionados para transporte;
- A contratada deverá assegurar que todos os equipamentos estejam em perfeitas condições de funcionamento no momento da entrega, devidamente testados e aptos para utilização imediata pelas equipes do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia;
- A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo transporte, frete, seguro, carregamento, descarregamento e entrega dos equipamentos no local indicado pela Administração, sem qualquer ônus adicional para o município;
- A contratada deverá observar rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos no Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais atrasos injustificados;
- Todos os itens contemplados nesta contratação deverão possuir garantia integral fornecida pelo fabricante, observando-se os prazos e condições estabelecidos nos respectivos certificados de garantia. Durante o período de vigência da garantia, a contratada deverá assegurar suporte técnico adequado, incluindo, quando necessário, o reparo, a substituição de peças ou até mesmo a substituição integral do equipamento, em caso de defeitos de fabricação ou funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública;
- Cumprimento das demais cláusulas previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas para custear a execução do objeto desta licitação, correrão por conta do crédito orçamentário constante das dotações orçamentárias disponíveis do exercício financeiro em vigor.

Ficha	Fonte	Dotação
153	1600	02.004.000.10.302.2521.1015.449052 – Aquisição bens móveis Hospital Municipal – Equipamentos e material permanente

Abadia dos Dourados, 15 de maio de 2026.

Elaborado por: \_\_\_\_\_  
Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula:1825.

Servidora responsável pela elaboração do Termo de Referência pela Portaria nº 01/2026

Aprovado por: \_\_\_\_\_  
Leonardo Martins Alves  
Secretário Municipal de Saúde